

# **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação**

**Luis Eduardo Aragón**

Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém, Pará, Brasil  
e-mail: aragon\_naea@ufpa.br

## **Resumo**

Trata-se aqui da dimensão internacional da Amazônia e da necessidade de considerar tal dimensão na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento regional. Aborda-se a dimensão internacional da Amazônia tanto no nível regional como no nível global. A dimensão internacional em nível regional refere-se ao compartilhamento da Amazônia por diversos países. A dimensão internacional em nível global refere-se à atenção que o mundo vem dando a Amazônia pelo seu importante papel nas mudanças climáticas e pela abundância de recursos naturais existentes na região cada vez mais demandados pela economia ao redor do mundo.

**Palavras-chave:** Globalização; desenvolvimento amazônico; mudanças climáticas; água; biodiversidade.

## **The international dimension of the Amazon: a contribution for its interpretation**

### **Abstract**

Presentation of the international dimension of the Amazon and the need to consider this dimension in the formulation and implementation of regional development policies. The international dimension of the Amazon is addressed at both the regional and the global levels. The international dimension at the regional level refers to the sharing of the Amazon by several countries. The international dimension at the global level refers to the attention the world has been giving to the Amazon because of its important role in climate change and the abundance of natural resources in the region that are increasingly demanded by the economy around the world.

**Keywords:** Globalization; amazonian development; climatic change; water; biodiversity.

## **La dimensión internacional de la Amazonia: un aporte para su interpretación**

### **Resumen**

Se trata aquí de la dimensión internacional de la Amazonia y de la necesidad de considerar tal dimensión en la formulación e implementación de políticas de desarrollo regional. Se aborda la dimensión internacional de la Amazonía tanto a nivel regional como a nivel global. La dimensión internacional a nivel regional se refiere al compartimiento de la Amazonía por diversos países. La dimensión internacional a nivel global se refiere a la atención que el mundo viene dando a la Amazonia por su importante papel en los cambios climáticos y la abundancia de recursos naturales existentes en la región cada vez más demandados por la economía alrededor del mundo.

**Palabras clave:** Globalización; desarrollo amazónico; cambio climático; agua; biodiversidad.

## Introdução

Para alguns a palavra Amazônia é a terceira mais pronunciada no mundo contemporâneo apenas após Jesus Cristo e Coca-Cola (MENDES, 2001). Certo ou não, a realidade é que a Amazônia alcançou o mundo inteiro, tornando-se um assunto não somente de interesse nacional, mas também regional e global, sobretudo pelo seu relevante papel nas mudanças climáticas, e seu enorme estoque de recursos estratégicos disputados ao redor do mundo (AMIN, 2015). Como acertadamente argumenta Becker (2004, p. 127), “se os fluxos financeiros são globais, os estoques de natureza estão localizados em territórios de Estados [como a Amazônia] ou em espaços ainda não regulamentados juridicamente.” Segundo a mesma autora, vive-se, atualmente, acirrada disputa pelo controle e exploração desses estoques, entre as potências detentoras da moderna tecnologia, localizadas nos países hegemônicos, e aqueles detentores dos maiores estoques de natureza, localizados principalmente em países periféricos (BECKER, 2004).

De fato a Amazônia, com uma superfície de mais de 7 milhões de km<sup>2</sup>, que integra territórios de oito países e um departamento francês,

Emerge no cenário mundial como centro das atenções, graças aos seus significativos superlativos: maior floresta tropical úmida do planeta; maior bacia hidrográfica da Terra; maior reserva de biodiversidade e banco genético do globo; uma das mais ricas províncias minerais existentes. Ou seja, um ecossistema constituído por mais de cem bilhões de toneladas de carbono e um potencial exuberante e inigualável de recursos naturais, extremamente estratégicos num contexto civilizatório em que clima, água, geração de energia, alimentos e medicamentos pautam (e pautarão, nas próximas décadas) as prioridades dos investimentos globais (MELLO, 2013, p. 19).

E o mesmo autor continua argumentando que essas características credenciam a região

Como o mais exuberante e promissor laboratório natural para o avanço do conhecimento científico sobre processos evolutivos que geram e mantêm a diversidade de genes, espécies e ecossistemas e o desenvolvimento de experimentos revolucionários nos campos da Química, da Bioquímica, da Microbiologia e da Engenharia Genética, com notórias possibilidades de inovação em segmentos de negócios de crescente interesse mercadológico (fármacos, fitoterápicos, cosméticos, perfumes, alimentos, nutracêuticos, agroquímicos, etc.), anunciando, em toda a sua virtualidade, uma potencial e vigorosa economia de futuro (MELLO, 2015, p. 93).

Nesse contexto trataremos aqui da dimensão internacional da Amazônia e da necessidade de considerar tal dimensão na formulação e implementação de políticas de

desenvolvimento. Abordaremos a dimensão internacional da Amazônia tanto em nível regional como em nível global. Este documento representa uma revisão da literatura sobre o assunto, discutindo pontos polêmicos e deixando em aberto uma série de questionamentos que requerem abordagens mais aprofundadas.

## **A dimensão internacional da Amazônia em nível regional**

Pan-Amazônia, Amazônia continental, Amazônia sul-americana, Grande Amazônia e outros termos tornaram-se necessários para se referir à Amazônia toda, e diferenciá-la da Amazônia nacional em cada país que compartilha a região. A Amazônia é compartilhada por Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, e Guiana Francesa (departamento ultramarinho francês), mas percebe-se que quando se fala da Amazônia em quaisquer desses países, geralmente refere-se à Amazônia do respectivo país. Pouco conhecimento existe em cada país sobre a Amazônia dos demais países, ou da região como um todo. Esse desconhecimento leva à formulação de políticas conforme os interesses nacionais, sem considerar, na maioria das vezes, as consequências que tais políticas podem trazer para a Amazônia dos demais países. Conforme declarou o coordenador de Ciência e Tecnologia da Organização do Tratado de Cooperação Amazônia (OTCA), na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 2007, realizada em Belém, não existe uma unidade política de atuação da Pan-Amazônia, existem somente iniciativas nacionais sem maior cooperação, ou responsabilidade, com os países vizinhos (SBPC, 2007).

Seja como for, a Amazônia é hoje uma região dividida em nove partes, cada uma sob uma soberania diferente, mas permanece sendo uma só região, porém, diversa. A dimensão internacional da Amazônia em nível regional refere-se precisamente a seu compartilhamento por diversos países. Para entender melhor essa dimensão é necessário delimitar a região, mas, fazer-lo é tarefa árdua (OLIVEIRA, 2009).

Gutiérrez Rey et al. (2004, p. 21) resumem a dificuldade:

As expressões Amazônia, Pan-Amazônia, Amazônia Sul-Americana, Região Amazônica ou Grande Amazônia, compreendem diferentes enfoques, discernimentos e representações espaciais. Em geral, esses termos referem-se à maior selva tropical úmida do planeta, localizada ao norte da América do Sul, à bacia hidrográfica do rio Amazonas, às nações que têm territórios nessas áreas, aos estados que promovem, através de ações conjuntas, o planejamento do desenvolvimento sustentável da Amazônia para preservar o meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, aos limites artificiais de conveniência político-administrativa para a aplicação de incentivos fiscais em territórios determinados, aos povos que a habitam, e a sua fauna terrestre e aquática. Esses conceitos têm a dificuldade de que não se podem traduzir facilmente

numa cartografia única, porque se referem a espaços diferentes cujos limites não necessariamente coincidem. A Amazônia, como entidade unificada, só pode existir como uma amálgama de regiões. Dessa forma pode-se afirmar que existem várias amazônias as quais conformam uma grande região, onde cada uma tem uma distribuição regional diferente.

Três são os critérios mais comuns para delimitar a região Amazônica: o critério hidrográfico, o critério ecológico e o critério político-administrativo.

O critério hidrográfico refere-se à bacia amazônica, a qual é constituída pela bacia do rio Amazonas ao longo de toda sua extensão e de todos seus inúmeros afluentes que compõem o sistema fluvial da região. Por este critério não fariam parte da Amazônia o Suriname nem a Guiana Francesa, cujos rios deságuam diretamente no Atlântico, e só uma pequena parte da Guiana faria parte da região, constituída pela bacia do rio Takutu que desemboca em um afluente do rio Negro (BERNARD, 2005). Em compensação grandes extensões do cerrado brasileiro e das altas montanhas nevadas dos Andes seriam consideradas amazônicas.

O critério ecológico refere-se à área coberta pela floresta tropical úmida com altas temperaturas. Por esse critério as partes altas dos Andes e o cerrado brasileiro não fariam parte da região, ampliando, em contrapartida, maiores áreas ao norte, incluindo toda a Guiana, Guiana Francesa, Suriname e uma parte maior da Venezuela.

O critério político-administrativo refere-se à delimitação da região conforme a lei ou as divisões administrativas. Por exemplo, na Venezuela, o estado Amazonas; no Equador o Oriente, constituído por seis províncias: Napo, Sucumbios, Orellana, Pastaza, Morona Santiago, e Zamora Chichipe; e no Brasil a Amazônia Legal.

Obviamente a extensão da região varia dependendo do critério utilizado. A Tabela 1 apresenta a superfície da região segundo esses três critérios conforme estudo do PNUMA/OTCA (2008).

**Tabela 1 - Superfície da Amazônia segundo três critérios**

País	Superfície do país (km <sup>2</sup> )	Superfície da Amazônia (km <sup>2</sup> )								
		Critério hidrográfico			Critério ecológico			Critério político-administrativo		
		Superfície	% do país	% da região	Superfície	% do país	% da região	Superfície	% do país	% da região
Brasil	8514876	3869953	45,4	63,3	4196943	49,3	60,7	5034740	59,1	67,1
Bolívia	1098581	724000	65,9	11,8	567303	51,6	8,2	724000	65,9	9,7
Peru	1285216	967176	75,2	15,8	782786	60,9	11,3	651440	50,7	8,7
Equador	283561	146688	51,7	2,4	76761	27,1	1,1	115613	40,8	1,5
Colômbia	1141748	345293	30,2	5,6	452572	39,6	6,6	477274	41,8	6,4
Venezuela	916445	53000	5,8	0,9	391296	42,7	5,7	53000	5,8	0,7
Guiana	214960	12224	5,7	0,2	214960	100,0	3,1	214960	100,0	2,9
Suriname	142800	-	-	-	142800	100,0	2,1	142800	100,0	1,9
Guiana Fr.*	84000	-	-	-	84000	100,0	1,2	84000	100,0	1,1
TOTAL	13598187	6118334	45,0	100,0	6909421	50,8	100,0	7497827	55,1	100,0

Fonte: PNUMA/OTCA (2008, p. 41). Com adaptações do autor.

\*Refere-se somente ao território da Guiana Francesa, e não ao território da França. Esse território é excluído nas estimativas do PNUMA/OTCA (2008), porque a Guiana Francesa (ou a França) não pertence à OTCA. Integram a OTCA os outros oito países.

Juntando os três critérios, o estudo do PNUMA/OTCA (2008) conseguiu uma delimitação ampla da região, composta por duas sub-regiões: a Amazônia maior e a Amazônia menor.

A Amazônia maior corresponde à maior extensão da área amazônica com base pelo menos num dos critérios (hidrográfico, ecológico ou político-administrativo) [e] a Amazônia menor corresponde à mínima extensão da área amazônica com base nos três critérios simultaneamente [...] A Amazônia maior compreende uma área de 8.187.964 km<sup>2</sup>, o equivalente a 6% da superfície terrestre do planeta, 40% da superfície da América Latina e o Caribe, 85% do território dos Estados Unidos, mais de quatro vezes o território do México e 33 vezes o território do Reino Unido. Em comparação com os países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), corresponde a 60% da superfície total dos oito países. A Amazônia menor abarca uma área de 5.147.970 km<sup>2</sup>, o equivalente a 4% da superfície da terra e a 25% da superfície da América Latina e o Caribe (PNUMA/OTCA, 2008, p. 40).

Em esforço anterior ao do PNUMA/OTCA, Eva e Huber (2005) estimaram para a Grande Região, ou *Amazônia senso latíssimo*, uma superfície de 8.121.312 km<sup>2</sup>, integrada por cinco sub-regiões (ARAGÓN, 2013, p. 37):

- 1) *Amazônia senso stricto*, a área coberta pela biota de floresta tropical de planície das bacias do Amazonas e Tocantins;
- 2) *Andes*, a área coberta pela biota amazônica andina, não de planície, acima dos 700 metros acima do nível do mar;
- 3) *Planalto*, a área coberta pela biota da bacia amazônica, não de planície;
- 4) *Guiana*, área do platô das Guianas;

5) *Gurupi*, área do extremo nordeste da região, que junto com o platô das Guianas, é coberta por floresta tropical amazônica de planície não contemplada nas três primeiras sub-regiões.

Não é de surpreender, portanto, a grande diversidade em termos biológicos, culturais e de paisagens dessa imensa região. Contudo, segundo o estudo de Eva e Huber (2005), predominam as florestas tropicais úmidas, e a maior extensão corresponde à *Amazônia sensu stricto*. Paisagisticamente, certamente, não é uma região homogênea, além das florestas tropicais úmidas existem também florestas tropicais secas, florestas inundáveis, pradarias, agricultura, e outras paisagens (Tabela 2).

**Tabela 2 - Ocupação do solo das sub-regiões da Grande Amazônia**

Ocupação do solo	Superfície das sub-regiões, km <sup>2</sup>						
	Amazônia Sensu Stricto	Andes	Planalto	Guiana	Gurupi	Total	%
Florestas tropicais úmidas	4.586.909	237.013	34.976	805.007	56.418	5.720.323	70,4
Florestas tropicais secas	82.282	58.966	171.263	11.305	1.819	325.635	4,0
Floresta inundável	189.983	244	2.132	37.134	5.017	234.510	2,9
Agricultura	406.995	56.593	352.728	27.129	94.025	937.470	11,5
Pradarias e matos	235.344	196.562	299.629	81.308	3.064	815.907	10,0
Solos com vegetação esparsa ou escassa	97.660	4.826	4.222	8.279	1.120	86.108	1,1
Corpos de água	-	1.360	-	-	-	1.360	0,0
<b>Total</b>	<b>5.569.174</b>	<b>555.564</b>	<b>864.951</b>	<b>970.161</b>	<b>161.463</b>	<b>8.121.313</b>	<b>100,0</b>
%	68,6	6,8	10,7	11,9	2,0	100,0	

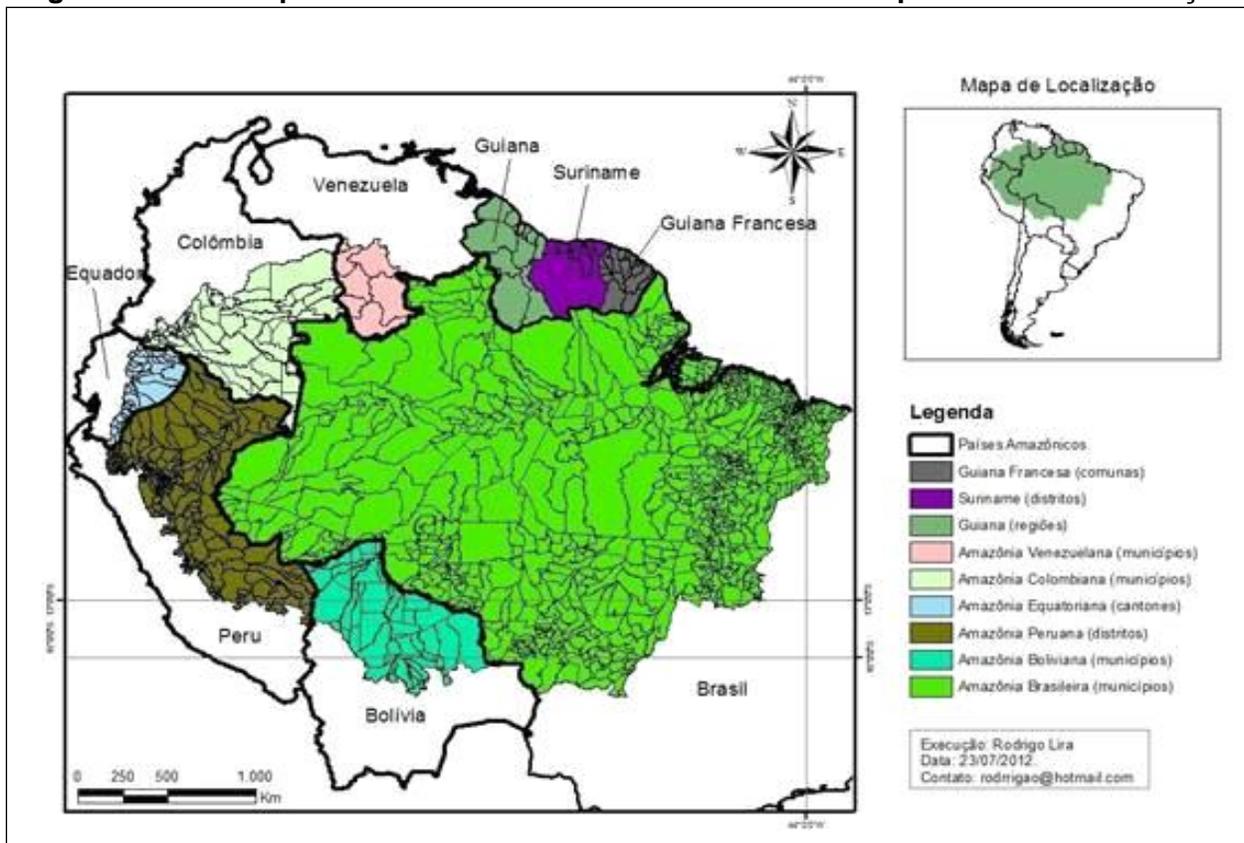
Fonte: Eva e Huber (2005, p. 14).

Outra questão importante é saber quantas pessoas habitam a Amazônia. Estimar a população da região é um trabalho tão árduo quanto delimitá-la. As estimativas são diversas conforme a fonte e a área delimitada. O estudo do PNUMA/OTCA (2008) estimou em 38.777.600 a população total da Grande Região para 2005. Segundo Aragón (2013, p. 58), essa cifra representaria mais de três vezes a população de Portugal, quase a população da Argentina, mais que a do Canadá, e mais de duas vezes a do Chile. E ao contrário do que muitos pensam, a população da região concentra-se, principalmente, em áreas urbanas, incluindo cidades de mais de 1 milhão de habitantes (Manaus e Belém).

Em um esforço por estimar a população da região conforme os censos de população de cada país, pesquisadores do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia (MAPAZ), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará, utilizando as divisões administrativas utilizadas nos censos,

conseguiram identificar em cada Amazônia Nacional as unidades administrativas (municípios ou equivalentes) onde políticas eram implementadas, ou seja, uma delimitação da Amazônia com fins de intervenção. O mapa resultante desse exercício tem sofrido desde sua primeira versão em 2005 (ARAGÓN, 2005, p. 16) ligeiras adaptações. A última versão reproduzida na Figura 1 é de 2013 (ARAGÓN, 2013, p. 44).

**Figura 1 – Divisão político-administrativa da Grande Amazônia para fins de intervenção**



Fonte: Aragón (2013, p. 44). Obs.: Na Amazônia colombiana incluem-se municípios e *corregimientos*. Na Amazônia Legal (Brasil), inclui-se a totalidade do estado do Maranhão.

Somando-se as áreas das divisões administrativas, a superfície da região chega a quase 7 milhões e meio de km<sup>2</sup>: Brasil (67,98%), Peru (10,14%), Colômbia (6,40%), Equador (1,55%), Bolívia (5,31%), Venezuela (2,45%), Guiana (2,87%), Suriname (2,18%) e Guiana Francesa (1,12%) (Tabela 3). No que tange à população, conforme os últimos censos, apesar de eles serem realizados em anos diferentes, a população alcança 34205602 (Tabela 3). A população está distribuída em mais de 1.200 municípios ou áreas similares, mas está concentrada na Amazônia brasileira (73,48%) e na Amazônia peruana (13,37%).

**Tabela 3: Área e população dos países amazônicos e da Amazônia conforme os últimos censos**

País	Ano do censo	Área do país	Área da Amazônia			População do país	População da Amazônia		
			Absoluta	% do país	% da região		Absoluta	% do país	% da região
Bolívia	2012	1098581	398000	36,23	5,31	10059856	981441	9,76	2,87
Peru	2007	1285215	759057	59,06	10,14	27412157	4574375	16,69	13,37
Equador	2010	256730	115745	45,08	1,55	14483499	739814	5,11	2,16
Colômbia	2005	1138906	477274	41,91	6,40	41468384	747267	1,80	2,18
Venezuela	2011	912046	183500	20,12	2,45	27227930	146480	0,54	0,43
Guiana	2012	214999	214999	100,00	2,87	747884	747884	100,00	2,19
Suriname	2012	163470	163470	100,00	2,18	541638	541638	100,00	1,58
Guiana Francesa	2014	84000	84000	100,00	1,12	252338	252338	100,00	0,74
Brasil	2010	8514876	5088666	59,76	67,98	190755799	25474365	13,35	73,48
Total		13668823	7484711	53,63	100,00	312987649	34205602	10,93	100,00

Fonte: Censo de cada país.

A dimensão internacional da Amazônia em nível regional revela toda a complexidade da região em termos físicos e humanos. Desde qualquer critério, a população que habita a região é nada desprezível, contestando aqueles que ainda acreditam no mito do vazio amazônico. Algumas das paisagens da região só existem em certas partes, como nos Andes, por exemplo, mas que exercem sérios impactos ambientais noutras partes da região. É o caso dos altos nevados dos Andes, onde se originam os grandes rios amazônicos. O processo de redução das geleiras poderá sim afetar os fluxos de água que alimentam esses rios. O desmatamento da floresta andina poderá gerar sérias consequências para o resto da região e a contaminação por mercúrio e petróleo nos rios da Amazônia nos países andinos é transportada rio abaixo. A construção de grandes represas na Amazônia brasileira tem produzido sérias controvérsias por afetar a flora, a fauna e a sobrevivência de comunidades fora da Amazônia brasileira, como no caso do impacto das hidrelétricas do rio Madeira no ambiente e na economia da Amazônia boliviana, especialmente do departamento de Pando (WRM, 2010). Mas também com o ambicioso programa de construção de hidrelétricas e grandes concessões de exploração florestal na Amazônia peruana (DOUROJEANNI et al., 2009; SERRA VEGA, 2016). Esses são só uns poucos exemplos das consequências da ignorância da dimensão internacional da Amazônia em nível regional das políticas nacionais voltadas para o desenvolvimento da região em cada país. Mas mesmo em nível nacional se advoga por uma maior integração da Amazônia das áreas altas dos Andes com as zonas baixas (RAMÍREZ MONTENEGRO, 2016).

## A dimensão internacional da Amazônia em nível global

A dimensão internacional da Amazônia em nível global refere-se à atenção que o mundo vem dando à região pelo seu importante papel nas mudanças climáticas e abundância de recursos naturais cada vez mais demandados pela economia ao redor do mundo. Tal atenção tem alertado os países amazônicos sobre os cuidados que merece a região sob a ameaça de contestar a própria soberania sobre esses territórios.

Na medida em que o enorme estoque de recursos naturais existente na Amazônia e o papel crucial que a região desempenha nas mudanças climáticas globais são mais bem conhecidos, aumenta a atenção mundial sobre os destinos da região, até o ponto da própria soberania dos países amazônicos sobre suas respectivas Amazonas ser questionada em prol do bem comum ou do equilíbrio ambiental do planeta (MENDES, 2001; ARAGÓN, 2013; AMIN, 2015). Como afirma Becker (2004, p. 129), o processo de mercantilização da natureza, que o mundo vive hoje, valoriza economicamente recursos naturais até pouco tempo atrás considerados de livre uso como a água, o ar (créditos de carbono) e a biodiversidade, abundantes na Amazônia.

O debate sobre a internacionalização da Amazônia resume-se na manchete do *The New York Times*, de maio de 2008: “De quem é esta floresta amazônica, afinal?”, colocando em dúvida a soberania dos países amazônicos sobre a região, por não cuidarem como deveriam da região (ARAGÓN, 2008). Um documento que circulou mundialmente na internet, mesmo antes da manchete do *The New York Times*, sintetiza claramente a controvérsia. Trata-se da resposta dada pelo senador Cristovam Buarque em debate numa universidade em Nova Iorque, em novembro de 2000, ao ser questionado sobre que pensava como humanista, sobre a internacionalização da Amazônia. Pelo contundente e clara, a resposta merece reproduzir-se na íntegra.

Diz o senador (referindo-se a Amazônia brasileira) (BUARQUE, 2000): “Por mais que nossos governos não tenham o devido cuidado com esse patrimônio, ele é nosso.” E continuou dizendo que como humanista, “sentindo o risco da degradação ambiental que sofre a Amazônia, podia imaginar a sua internacionalização, como também de tudo o mais que tem importância para a humanidade”.

E esclareceu:

Se a Amazônia, sob uma ótica humanista, deve ser internacionalizada, internacionalizemos também as reservas de petróleo do mundo inteiro. O petróleo é tão importante para o bem-estar da humanidade quanto a Amazônia é para o nosso futuro. Apesar disso, os donos das reservas sentem-se no direito de aumentar ou diminuir a extração de petróleo e subir ou não o seu preço. Da mesma forma, o capital financeiro dos países ricos deveria ser internacionalizado. Se a Amazônia é uma reserva para todos os seres humanos, ela não pode ser queimada pela vontade de um dono, ou de um país. Queimar a Amazônia é tão grave quanto o desemprego provocado pelas decisões arbitrárias dos especuladores globais. Não podemos deixar que as reservas financeiras sirvam para queimar países inteiros na volúpia da especulação.

E continuou:

Antes mesmo da Amazônia, eu gostaria de ver a internacionalização de todos os grandes museus do mundo. O Louvre não deve pertencer apenas à França. Cada museu do mundo é guardião das mais belas peças produzidas pelo gênio humano. Não se pode deixar que esse patrimônio cultural, como o patrimônio natural amazônico, possa ser manipulado e destruído pelo gosto de um proprietário ou de um país. Não faz muito, um milionário japonês decidiu enterrar com ele um quadro de um grande mestre. Antes disso, aquele quadro deveria ter sido internacionalizado.

E explicou:

Durante o encontro em que recebi a pergunta, as Nações Unidas reuniam o Fórum do Milênio, mas alguns presidentes de países tiveram dificuldades em comparecer por constrangimentos na fronteira dos EUA. Por isso, eu disse que Nova York, como sede das Nações Unidas, deveria ser internacionalizada. Pelo menos Manhattan deveria pertencer a toda a humanidade. Assim como Paris, Veneza, Roma, Londres, Rio de Janeiro, Brasília, Recife, cada cidade, com sua beleza específica, sua história do mundo, deveria pertencer ao mundo inteiro. Se os EUA querem internacionalizar a Amazônia, pelo risco de deixá-la nas mãos de brasileiros, internacionalizemos todos os arsenais nucleares dos EUA. Até porque eles já demonstraram que são capazes de usar essas armas, provocando uma destruição milhares de vezes maior do que as lamentáveis queimadas feitas nas florestas do Brasil. Nos seus debates, os atuais candidatos à presidência dos EUA têm defendido a idéia de internacionalizar as reservas florestais do mundo em troca da dívida. Começemos usando essa dívida para garantir que cada criança do mundo tenha possibilidade de ir à escola. Internacionalizemos as crianças tratando-as, todas elas, não importando o país onde nasceram, como patrimônio que merece cuidados do mundo inteiro. Ainda mais do que merece a Amazônia. Quando os dirigentes tratarem as crianças pobres do mundo como um patrimônio da humanidade, eles não deixarão que elas trabalhem quando deveriam estudar; que morram quando deveriam viver.

E concluiu:

Como humanista, aceito defender a internacionalização do mundo. Mas, enquanto o mundo me tratar como brasileiro, lutarei para que a Amazônia seja nossa. Só nossa.

A questão da internacionalização da Amazônia acirrou-se principalmente a partir dos anos 1980 quando o processo de globalização intensificou-se alcançando o mundo inteiro. Esse processo, segundo Amin (2015), redimensionou as forças econômicas mundiais demandando novos produtos e novas tecnologias para que as potências hegemônicas se mantivessem competitivas. E nesse novo cenário internacional a Amazônia passou a desempenhar papel central. A contínua mercantilização da natureza converteu a Amazônia numa marca global, ou representação simbólica “institucionalizada por parâmetros socioeconômicos e culturais publicizados em escala mundial pelo campo da comunicação” (AMARAL FILHO, 2008, p. 16). O termo Amazônia simboliza meio ambiente, ecologia, índios, populações tradicionais, floresta, oxigênio, água, biodiversidade, preservação etc., e, nesse sentido, o que importa não é a representação física, mas o valor simbólico que leva seu nome. Agregar aos produtos e serviços o termo Amazônia ou alguma coisa que a ele remeta, eleva o valor econômico desses produtos e serviços. Como concluem Amaral Filho (2008) e Aragón (2013), a Amazônia, por meio de sua conversão em marca, passa a se constituir em múltiplos produtos que além de sua existência material, incorporam o valor simbólico que a palavra Amazônia contém. A Amazônia, portanto, representa uma soma de ativos e passivos ligados a um símbolo que leva seu nome e que tem valor, o qual é utilizado na composição de mensagens para uma grande variedade de mercadorias e de serviços ao redor do mundo.

Hoje, a questão amazônica alcançou os mais elevados foros políticos e científicos mundiais colocando a região no centro dos mais diversos interesses e gerando novos questionamentos sobre os destinos da região (PALACIO; WAKILD, 2016; PINTO et al., 2016; BORGES; DOMINGUES, 2016; AMIN, 2015). Um dos mais importantes desses questionamentos refere-se à questão do uso da água, que destacamos a seguir para ilustrar a dimensão internacional da Amazônia em nível global.

Um dos assuntos mais candentes da atualidade em nível global é a questão do uso da água. Mesmo que as taxas de fecundidade em nível mundial estejam em declínio, a população ainda está crescendo, projetando seu pico, conforme as Nações Unidas, para 2100, quando seremos mais de 11 bilhões de pessoas (UNFPA, 2017).

Mas o número de pessoas, em si, significa pouco, o que significativamente pode gerar a escassez da água são os padrões de consumo, de uso, e de gestão dos recursos hídricos, entre outros fatores. Como a quantidade da água existente na Terra não pode ser aumentada, resta diminuir a demanda (consumo), buscar fontes ainda pouco utilizadas (águas de reuso, águas subterrâneas, chuva e outras), e melhorar a gestão tanto em áreas de escassez como em áreas de abundância. E é aqui onde a Amazônia torna-se importante aos olhos do mundo.

Mesmo que cerca de  $\frac{3}{4}$  da superfície da Terra sejam cobertos por água, ela é um recurso escasso para o consumo: 97,5% dela é salgada e somente 1% é água doce facilmente utilizável, sendo que aproximadamente 15% desta proporção está localizada na Amazônia (BECKER, 2003), enquanto extensas áreas do mundo sofrem com a escassez dela. Na verdade a água é um dos recursos mais mal distribuídos do planeta: “Mais de 40% da água dos rios, das rochas-reservatórios e dos lagos, encontram-se concentrados em seis países: Brasil, Rússia, Canadá, Estados Unidos, China e Índia” (DIAS; ARAGÓN, 2003, p. 456). Segundo Barros e Amin (2007), todos os continentes detêm, hoje, menos água disponível *per capita* que em 1950. A América Latina mantém a maior quantidade de água disponível no mundo, mas diminuiu de 105 mil metros cúbicos por habitante em 1950, para 28,3 mil metros cúbicos por pessoa em 2000.

A demanda por água tende a aumentar no mundo por diversas razões. Além do próprio crescimento da população, especialmente em áreas urbanas, acirra-se a disputa entre os diversos usos da água na medida em que aumenta a industrialização, a mecanização da agricultura, a irrigação, a expansão da pecuária e outros. Todos esses fatores, agregando-se a má distribuição, tornaram a água mais valorizada economicamente. As Nações Unidas estimam que se medidas urgentes não forem tomadas, 2,7 bilhões de pessoas enfrentarão escassez de água em 2025 (UN, 2003), e outras estimativas calculam que 1,5 bilhões de pessoas já não têm acesso à água (SELBORNE, 2002).

Enquanto isso, a abundância de água da Amazônia apresenta-se para alguns como verdadeira panaceia para resolver o problema da demanda mundial do recurso, chegando-se, inclusive, a chamá-la do ouro azul, passível de se comercializar no futuro como ocorre com o petróleo atualmente (BECKER, 2003). E é que as cifras são realmente fabulosas. A descarga de água do Amazonas no oceano é estimada em 220.000 m<sup>3</sup> por segundo, equivalente a aproximadamente 20% da água doce despejada em todos os oceanos (PNUMA/OTCA, 2008). O gigantesco volume de água que é despejado pelo rio Amazonas no oceano penetra até 100 km mar adentro. Jerson Kelman, ex-presidente da Agência Nacional das Águas do Brasil, estima que a água despejada pelo Amazonas no Atlântico poderia folgadoamente suprir o consumo de água doce de toda a população mundial:

Se, por hipótese, todos os seis bilhões de seres humanos que habitam o planeta fossem convencidos a beber apenas água engarrafada do rio Amazonas, seria necessário utilizar o volume médio por ele despejado no mar durante apenas 1,5 minutos para atender toda a demanda diária mundial. Entretanto, como a maior parte da humanidade não consome água engarrafada, o volume despejado em menos de dois segundos seria suficiente

para abastecer todas as garrafas de água de mesa consumidas no mundo, ao longo de um dia, cerca de 360 milhões de litros (KELMAN, 2004, p. 1).

Um possível mercado de água em nível global surge do seu duplo caráter: é um recurso vital (sem água não existe vida) com valor econômico pela sua escassez relativa e sua distribuição desigual no mundo (ARAGÓN, 2013). O ponto crítico, pois, refere-se à questão da propriedade da água e a regulação do seu uso pelo mercado (CASTRO, 2003). Por conseguinte, aqueles países e regiões com grandes reservas de água doce (como a Amazônia) apresentarão vantagens relativas e deverão jogar papel preponderante na geopolítica da água. Nesse sentido, a possibilidade de comercializar *água in natura* da Amazônia torna-se uma possibilidade que não se pode descartar (BARROS; AMIN, 2007).

Contudo, deve-se considerar que o uso da água na Amazônia diferencia-se de seu uso no mundo.

Enquanto o nível global se caracteriza por escassez de oferta e forte crescimento do consumo, na Amazônia torna-se agudo o paradoxo brasileiro de abundância do recurso natural e de baixo consumo, em parte decorrente da inacessibilidade social ao recurso em razão da carência de serviços (BECKER, 2003, p. 289).

Esse paradoxo reflete-se nos baixos índices de desenvolvimento humano presentes na região. As cidades amazônicas estão entre as mais insalubres do mundo, chegando a se assemelhar às mais pobres da África (STEINBRENNER, 2009); e a maioria das pequenas cidades espalhadas na região carece de água potável e de serviços sanitários (BECKER, 2003). Nesse sentido, políticas específicas voltadas para a gestão dos recursos hídricos em áreas de abundância, como a Amazônia, são urgentes. Entre os assuntos a serem abordados na gestão dos recursos hídricos na Amazônia destacam-se estratégias para lidar com a dispersão de doenças de origem hídrica que ocorre a velocidades muito rápidas; com as enchentes; com o transporte; com o saneamento; com as secas ocasionais e prolongadas; e com o melhoramento da qualidade da água para o consumo humano. E, finalmente, como lidar com o processo de privatização da água para consumo doméstico numa região com enorme quantidade de água (ARAGÓN, 2013).

Existem outros assuntos em nível global, igualmente importantes aos do uso da água que atingem diretamente a Amazônia, como, por exemplo, a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera e a questão do uso sustentável da biodiversidade, que vale a pena mencionar aqui, mesmo que resumidamente.

A partir do protocolo de Quito de 1997, a comercialização de créditos de carbono em nível global converteu-se num importante mercado internacional. Certamente poderia ser um bom negócio para a Amazônia, pois, somente na Amazônia brasileira, existem cerca de 200 mil km<sup>2</sup> de áreas degradadas onde se poderiam programar projetos de reflorestamento que gerariam 150 milhões de dólares por ano pela venda de créditos de carbono (NOBRE, A. D.; NOBRE, C. A., 2005). Contudo, diversas críticas têm surgido sobre o mercado de créditos de carbono, destacando três que atingem diretamente a Amazônia: 1) dependendo do tipo de reflorestamento este pode estimular a monocultura com espécies de rápido crescimento, afetando a biodiversidade, 2) para que a redução das emissões de CO<sub>2</sub> seja significativa serão necessárias extensas plantações, o que demandaria elevados custos operacionais, e 3) o mecanismo de mercado de créditos de carbono não contempla o CO<sub>2</sub> já retido na floresta em pé (SANTILLI; MOUTINHO, 2006, ARAGÓN, 2013).

Nesse sentido Nobre, A. D. e Nobre, C. A. (2005) estimam que o Brasil contribua anualmente com a emissão de 80 a 90 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> resultantes da queima de combustíveis fósseis e com 200 a 250 milhões de toneladas geradas por alterações do uso do solo, principalmente desmatamento. O desmatamento da Amazônia seria responsável pela emissão de cerca de 200 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> anualmente (SANTILLI; MOUTINHO, 2006). Isto é, em teoria, caso o desmatamento da Amazônia fosse totalmente controlado (desmatamento zero), e o não desmatamento compensado, 200 milhões de toneladas anuais a menos de CO<sub>2</sub> seriam emitidas à atmosfera, e a sua vez, a floresta em pé e a conservação da biodiversidade seriam valorizadas (ARAGÓN, 2013).

Aliás, o uso sustentável da biodiversidade é outro assunto de relevância global para a Amazônia. A Amazônia alberga a maior biodiversidade do planeta e a demanda por novos produtos derivados dela é uma das questões mais sensíveis de nossos dias. A este respeito, Aragón (2013, p. 272) formula perguntas ainda não plenamente respondidas: como regular sua utilização e mercado tanto em nível local como global? Como incorporar nessa regulação o direito de propriedade de comunidades que desenvolveram práticas que redundaram na preservação ou inclusive na ampliação de própria biodiversidade? Como incorporar em tudo isso o respeito ao saber local? Enquanto isso argumenta Amin (2015), a *biopirataria* converteu-se numa atividade delituosa economicamente rendosa e crescente ao redor do mundo.

Sintetizando. A importância da dimensão internacional da Amazônia em nível global é resumida numa única frase de Ignacy Sachs, criador do conceito de ecodesenvolvimento (SACHS, 1986), precursor do de desenvolvimento sustentável:

Somos todos amazônidas, já que o futuro da nossa espécie sobre o planeta Terra vai depender em boa medida do destino que será dado à floresta amazônica, grande dispensadora de climas e reguladora do regime hídrico, além de deter uma riquíssima biodiversidade (SACHS, 2008, p. 1).

As palavras de Ignacy Sachs chamam a reflexão sobre a necessidade de buscar formas de incorporar nas políticas de desenvolvimento as oportunidades que oferece a Amazônia para o mundo, mas também os desafios que representa explorar seus recursos naturais de forma sustentável mantendo a soberania dos países que têm o privilégio de compartilhar a região.

### **Considerações finais**

No mundo contemporâneo a dimensão internacional da Amazônia assume cada vez mais importância nos destinos da região. Em nível regional, diversos assuntos só poderão ser tratados em conjunto com os demais países da região tais como o controle da *biopirataria*, do contrabando, do tráfico de armas e de pessoas; o transporte fluvial e a mobilidade transfronteiriça, entre outros. Iniciativas de integração física regional, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), deverão ser reavaliadas para colocá-las ao benefício da região e não somente ao serviço dos mercados globais (DOMINGUES, 2017). Enfim, os planos nacionais de desenvolvimento amazônico não podem ignorar a dimensão internacional da região sem se importar com as consequências geradas para os países vizinhos.

Porem, grandes esforços deverão ser feitos para superar as diferenças de diversa natureza entre os países amazônicos para se conseguir uma maior integração regional e políticas supranacionais. O Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), criada em 2002, com o intuito de operacionalizar o Tratado de Cooperação Amazônica assinado em 1978, apresenta enormes dificuldades para implementar seu Plano Estratégico. A legislação ambiental diverge de país para país, dificultando, inclusive, iniciativas bi e tri nacionais de gestão ambiental em áreas de fronteira, como acontece, por exemplo, com a gestão dos recursos hídricos na tríplice fronteira de Brasil/Peru/Colômbia (CHINDOY, 2016).

Em nível global, pela importância que a Amazônia alcançou no mundo, ela pode ser o palco de políticas que levem a uma nova era civilizatória, baseada nos direitos da natureza e dos homens e mulheres em busca do bem-estar humano, mas os desafios são também enormes, e os questionamentos ao respeito abundam (ARAGÓN, 2015).

Em junho de 2012 foi realizada no Rio de Janeiro a conferência das Nações Unidas Rio+20, com o propósito de: 1) avaliar o cumprimento dos compromissos acordados na Rio-92; 2) analisar a contribuição da economia verde para alcançar o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza; e 3) definir a estrutura de governança internacional necessária para viabilizar o desenvolvimento sustentável, incluindo a captação de fundos necessários para implementar as ações propostas (ARAGÓN, 2013).

A conferência não alcançou os resultados esperados. Conforme analisa Boaventura de Souza Santos (2012) a Conferência não gerou, entre outros, compromissos para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, conseguir acesso universal a saúde, ou definir formas de gerir recursos para promover o desenvolvimento sustentável. É alerta sobre os cuidados a considerar com a economia verde ao tratar de:

Convencer os mercados (sempre livres, sem qualquer restrições) sobre as oportunidades de lucro em investirem no meio ambiente, calculando custos ambientais e atribuindo valor de mercado à natureza. Ou seja, não há outro modo de nos relacionarmos entre humanos e com a natureza que não seja o mercado (SANTOS, 2012).

Foi necessário, portanto, realizar outras conferências para as Nações Unidas definir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, adotados na sede da ONU em Nova Iorque, em setembro de 2015, por 193 países, para serem alcançados até 2030. São 17 os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2017): 1) acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares; 2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4) Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6) Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; 7) Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; 8) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre os países; 11) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; 14) Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento

sustentável; 15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; 16) Promover sociedades pacifistas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Praticamente em todos esses objetivos, a Amazônia torna-se cada vez mais relevante.

## Referências

AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia**: uma promessa publicitária para fidelização de consumidores nos mercados globais. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

AMIN, Mario Miguel. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do Século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p. 107-138, 2015.

ARAGÓN, Luis E. Desenvolvimento amazônico em questão. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p. 5-16, 2015.

ARAGÓN, Luis E. **Amazônia**: conhecer para desenvolver e conservar, cinco temas para um debate. São Paulo: Hucitec, 2013.

ARAGÓN, Luis E. "De quem é esta floresta amazônica, afinal?" **Scientific American/Brasil**, São Paulo: Dueto Editorial, v. 3, p. 14-21, 2008.

ARAGÓN, Luis E. Até onde vai a Amazônia e qual é a sua população? In ARAGÓN, Luis E (Org.) **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2005. p. 13-23.

BARROS, Fernanda Gene Nunes; AMIN, Mario Miguel. A água da bacia amazônica brasileira é um bem econômico? Tem valor? In ARAGÓN, Luis E. (Org.) **População e meio ambiente na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2007. p. 137-157.

BECKER, Bertha. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In MENDES, Armando Dias (Org.) **Amazônia**: terra e civilização. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 115-140.

BECKER, Bertha. Inserção da Amazônia na geopolítica da água. In ARAGÓN, Luis E; CLÜSENER-GODT, Miguel (Org.) **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA/UNESCO, 2003. p. 273-298.

BERNARD, Deryck M. Observations on the status of demography information in Guyana. In ARAGÓN, Luis E (Org.) **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2005. p. 103-114.

BORGES, Fábio; DOMINGUES, Vitor Alves. Geopolítica da Amazônia no início do século XXI: drogas, infraestrutura e conflitos indígenas. In ARAGÓN, Luis E; STAEVIE, Pedro (Org.) **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2016. p. 55-79.

BUARQUE, Cristovam. **Internacionalização da Amazônia**, 2000. Disponível em: [http://www.portalbrasil.net/reportagem\\_amazonia.htm](http://www.portalbrasil.net/reportagem_amazonia.htm). Acesso em: 8 jun. 2017. Reproduzido também em Aragón (2013, p. 49-51).

CASTRO, Edna. Geopolítica da água e novos dilemas a propósito da Amazônia e seus recursos naturais. In ARAGÓN, Luis E; CLÜSENER-GODT, Miguel (Org.) **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA/UNESCO, 2003. p. 321-339.

CHINDOY, Maria Ernestina Garreta. **Mandatos nacionales y realidades locales: análisis de la política pública del agua en la frontera amazónica**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

DIAS, Marco Antonio; ARAGÓN, Luis E. Cooperação amazônica para o conhecimento e uso sustentável dos recursos hídricos da região. In ARAGÓN, Luis E.; CLÜSENER-GODT, Miguel (Org.) **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA/UNESCO, 2003. p. 453-474.

DOMINGUES, Vitor Alves. **O impacto da Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) na qualidade de vida do Eixo Amazônico: um estudo de caso da rodovia Tarapoto-Yurimaguas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu-PR, 2017.

DOUROJEANNI, Marc; BARANDARIÁN, Alberto; DOUROJEANNI, Diego. **Amazonia peruana en 2021: explotación de recursos naturales e infraestructura – Qué está pasando?, Qué es lo que significa para el futuro?** Lima: ProNaturaleza, 2009. Disponível em: [http://www.amazonia-andina.org/sites/default/files/amazonia\\_peruana\\_en\\_2021.pdf](http://www.amazonia-andina.org/sites/default/files/amazonia_peruana_en_2021.pdf). Acesso em 8 jun. 2017.

EVA, H. D.; HUBER, O. (Ed.) **Proposta para definição dos limites geográficos da Amazônia**. Luxemburgo: Comunidades Europeias, 2005.

GUTIÉRREZ REY, Franz; ACOSTA MUÑOZ, Luis Eduardo; SALAZAR CARDONA, Carlos Ariel. **Perfiles urbanos en la Amazonia colombiana: un enfoque para el desarrollo sostenible**. Bogotá; Instituto Sinchi, 2004.

KELMAN, Jerson. Hidropirataria na Amazônia. **Folha do Meio Ambiente, Ponto de Vista**. Brasília, v. 15, n. 152, out. 2004. Disponível em: [http://www.kelman.com.br/pdf/hidropirataria\\_amazonia2.pdf](http://www.kelman.com.br/pdf/hidropirataria_amazonia2.pdf). Acesso em 10 jun. 2017.

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento da Amazônia: o caso brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p. 91-108, 2015.

MELLO, Alex Fiúza de. Apresentação. In ARAGÓN. **Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar, cinco temas para um debate**. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 19-20.

MENDES, Armando. **Amazônia**: modos de (o)usar. Manaus: Editora Valer, 2001.

NOBRE, Antonio Donato; NOBRE, Carlos Afonso. O carbono e a Amazônia: o incerto conhecimento atual e estratégias de mitigação de emissões. **Revista Ciência&Ambiente**, Santa Maria-RS, v. 31, p. 39-47, 2005.

OLIVEIRA, Antonio Jr. Amazônia: a gênese de uma região de planejamento. In: ARAGÓN, Luis E; OLIVEIRA, José Aldemir (Org.) **Amazônia no cenário sul-americano**. Manaus: Edua, 2009. p. 41-77.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo**: A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em; <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 18 jun. 2017.

PALACIO, Germán; WAKILD, Emily. Amazonia cambia con el mundo: elementos para comprender Amazonia contemporânea. In ARAGÓN, Luis E; STAEVIE, Pedro (Org.) **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2016. p. 13-35.

PINTO, Rafaela Sena; AMIN, Mario Miguel; SILVA, Mayane Bento. Meio ambiente como questão de securitização da Amazônia. In ARAGÓN, Luis E; STAEVIE, Pedro (Org.) **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2016. p. 37-54.

PNUMA/OTCA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. **Geo Amazônia**: perspectivas do meio ambiente na Amazônia. Brasília: PNUMA/OTCA, 2008.

RAMÍREZ MONTENEGRO, Roberto. La integración amazônica: una perspectiva desde el piedemonte andino-amazónico. In ARAGÓN, Luis E; STAEVIE, Pedro (Org.) **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2016. p. 103-120.

SACHS, Ignacy. **Amazônia**: laboratório de biocivilizações do futuro, 2008. Disponível em: <http://dowbor.org/2008/10/amazonia-laboratorio-de-biocivilizacoes-do-futuro-outubro-2008-2.html/>. Acesso em 10 jun. 2017.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vertice, 1986.

SANTILLI, Márcio; MOUTINHO, Paulo. O desmatamento na Amazônia e a efetividade do Protocolo de Quioto. **Revista Ciência&Ambiente**, Santa Maria-RS, v. 32, p. 61-71, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. Rio+20 as críticas. **Carta Maior**, 08/02/2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Rio-20-as-criticas/19497>. Acesso em 14 de jun. 2017.

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Amazônia: desafio nacional. **Cadernos SBPC**, n. 27, 2007. Disponível em: <http://www.sbpnet.org.br>; Acesso em: 8 jun. 2017.

SELBORNE, Lord. **A ética do uso da água doce**: *um levantamento*. Brasília: UNESCO, 2002.

SERRA VEGA, José. Costos y beneficios del proyecto hidroeléctrico del río Inambari, Perú. In: ARAGÓN, Luis E; STAEVIE, Pedro (Org.) **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA Editora, 2016. p. 257-274.

STEINBRENNER, Rosane. Centralidade ambiental x invisibilidade urbana (ou os novos “fantasmas” da Amazônia). In: ARAGÓN, Luis E; OLIVEIRA, José Aldemir (Org.) **Amazônia no cenário sul-americano**. Manaus: Edua, 2009. p. 19-40.

UN – United Nations. **Water for people, water for life**: world water development report. Paris: UNESCO, 2003.

UNFPA – United Nations Population Fund. **World population trends**. Disponível em: [www.unfpa.org/world-population-trends](http://www.unfpa.org/world-population-trends). Acesso em: 9 jun. 2017.

WRM – Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Bolívia: hidrelétricas do rio Madeira denunciadas perante o Tribunal Permanente dos Povos. **Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais**, n. 155, 30.06.2010. Disponível em: [wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/Bolívia-hidreletricas-do-rio-madeira-denunciadas-perante-o-tribunal-permanente-dos-povos/](http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/Bolívia-hidreletricas-do-rio-madeira-denunciadas-perante-o-tribunal-permanente-dos-povos/). Acesso em: 07 jun. 2017.

---

### Sobre o autor

---

**Luis Eduardo Aragón** – Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Nacional da Colômbia; Mestrado e Doutorado em Geografia pela Michigan State University; Pós-Doutorado pela Brown University e pela Universidade de Estocolmo; Professor Titular da Universidade Federal do Pará.

---

### Como citar este artigo

---

ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.15-33 , dossiê, 2018.

---

Recebido para publicação em 26 de junho de 2017  
Devolvido para a revisão em 08 de setembro de 2017  
Aceito para a publicação em 10 de novembro de 2017

---